

Alexandre do Nascimento

De: "Assessoria de Imprensa REMEC-RJ" <AssessoriaRemecRj@mec.gov.br>
Para: <alex.nasc@uol.com.br>
Enviada em: quarta-feira, 10 de março de 2004 09:42
Assunto: Frei David e William Campos debatem projeto "Universidade Para Todos"

> Frei David e William Campos debatem projeto > "> Universidade Para Todos> ">

>
>

> O frei David Raimundo dos Santos, que integra a diretoria da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), apresentou nesta segunda-feira (08/03), ao Representante do MEC no Rio de Janeiro, William Campos, uma carta direcionada ao Ministro Tarso Genro.

> No documento, Frei David demonstrou apoio ao programa > "> Universidade para Todos> ">, lançado pelo MEC, cuja diretriz é tornar acessível o Ensino Superior às camadas desfavorecidas da população. Mas o texto também questiona as medidas integrantes do programa, como o sistema a ser utilizado na ocupação das vagas reservadas para estudantes de baixa renda, distribuídas entre universidades públicas e particulares.

> A Educafro é uma instituição franciscana que disponibiliza cursos de pré-vestibular para alunos pobres ou de etnia negra, uma iniciativa de Frei David.

> Leia na íntegra a carta encaminhada ao Ministério da Educação.

>

> Outras informações: (21) 2220-9140 ou 8861-8581

>

> Assessoria de Imprensa -Remec / RJ

> Rebecca Ramos e Hugo de Abreu

>

>

>

>

>

>

>

> EDUCAFRO - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

>

> Pré-Vestibular Comunitário -Sede Nacional

>

>

>

>

>

> Rio de Janeiro, 06 de março de 2004

>

>

>

>

>

> AO EXMO SR MINISTRO DA EDUCAÇÃO

> DR TARSO GENRO

>

>

>

>

>

> CARTA ABERTA

> "> Programa Universidade Para Todos> ">

12/3/2004

>

>

> Temos acompanhado a determinação do Governo Federal em promover o ingresso de negros, pobres e indígenas no Ensino Superior, a começar pelas universidades particulares. Ao mesmo tempo, setores da sociedade têm se pronunciado de forma contrária a essa proposta.

> Queremos lembrar que a Constituição Brasileira determina que garantir Educação ao povo é tarefa do Estado. O mesmo pode delegar a particulares, temporariamente, esta tarefa. Estatizar parte das vagas em universidades particulares para ampliar o Programa de Ações Afirmativas, além de obrigação é uma atitude louvável.

> Ressaltamos que a Educafro permanecerá vigilante e quer ver seriedade do Governo Federal em continuar a implantação do programa de cotas para negros e pobres em todas as Universidades públicas federais, a exemplo da UnB.

> Quanto ao Programa de Ação Afirmativa do Governo Federal nas Universidades particulares, a Educafro solicita ao Exmo Ministro Tarso Genro que considere:

> 1. Que o método de seleção e ingresso destes alunos seja prioritariamente o ENEM. Motivo: Os vestibulares das Universidades públicas são excludentes, pois a cobrança da taxa de inscrição ao vestibular > "> proibiu> "> mais de 70% das pessoas que concluíram o Ensino Médio na rede pública de ensino de prestar seus vestibulares.

> Quanto ao ENEM, há três anos os Pré-Vestibulares comunitários abriram processo e venceram: o Governo Federal parou de cobrar > "> taxa> "> no ENEM para os alunos oriundos da rede pública, o que aumentou consideravelmente a participação desses alunos no exame. Somos radicalmente contra a proposta de utilização do atual modelo de vestibular das Universidades Públicas para este projeto de inclusão estatizado, enquanto não houver mudanças no Vestibular e no acesso a tais Universidades.

>

> 2. Somos contra o Governo pré-determinar em quais cursos haverá bolsas ou não. Assim como quem tem dinheiro pode escolher sua vocação, também o pobre tem esse direito. Se o Governo tem carência em algumas áreas, que seja feita uma campanha de conscientização. Considerar que só os cursos A,B e C terão bolsas é atitude injusta.

>

> 3. Defendemos que 50% das vagas deste programa de Ação Afirmativa seja direcionado para negros e outros grupos discriminados, e que os outros 50% se destinem aos demais candidatos.

>

> 4. Defendemos e apoiamos o Governo quando este aponta que as pessoas a serem beneficiadas por este programa tenham a renda familiar > per capita de um salário mínimo e meio.

>

> 5. Assim como os jovens da classe média recebem vagas gratuitas nas Universidades Federais, exigimos que não haja nenhum pagamento por parte dos pobres e negros além dos impostos que já nos são cobrados.

>

> 6. Que se crie uma bolsa universidade de um salário mínimo, destinada a todas as pessoas desempregadas que entrarem neste programa e se disponibilizarem a desenvolver trabalhos comunitários de alfabetização, pré-técnico, pré-vestibular, inclusão digital, etc.

X

>

> 7. Que os vestibulares de transferências para as vagas abandonadas pelos ricos nas universidades públicas dêem preferência aos participantes do programa Universidade Para Todos, através de um acréscimo de 10% na pontuação atingida pelos mesmos, nestes vestibulares de transferência.

>

> 8. Milhares de brasileiros, pobres e negros, iniciaram suas faculdades particulares e, após um, dois ou três anos, tiveram que trancá-las por terem ficado desempregados. É um investimento feito com suor e lágrimas que precisa ser recuperado. Considerando que as salas de aula das séries mais avançadas estão superesvaziadas, solicitamos que o atual Plano de Ação Afirmativa, através da estatização das vagas nas faculdades particulares, contemple já ou numa segunda etapa, os estudantes pobres e negros nessa situação.

>

> 9. Que se criem instrumentos (por exemplo, conselhos comunitários) abrindo a possibilidade da sociedade organizada vigiar a aplicação desse programa, evitando o apadrinhamento ou uso político destas vagas, a exemplo do que aconteceu com a filantropia.

>

> 10. Que as Universidades filantrópicas que até presente data foram desonestas na destinação da filantropia, só possa ingressar neste novo programa se concederem 10% a mais de vagas, até cobrir todo o dinheiro desviado ao longo desses anos de má administração filantrópica. Que em hipótese alguma haja a anistia destas dívidas. Afinal, muitos brasileiros pobres e negros foram lesados por esse desvio.

>

> 11. E que este programa de Ação afirmativa via estatização seja lançado nacionalmente no dia 21 de março - determinado pela ONU como dia internacional pela luta contra todas as formas de discriminação. Estaria assim o Brasil dizendo ao mundo que quer contribuir em prol de uma sociedade mais justa, mais igualitária, e combatendo todas as formas de discriminação.

>

>

> Frei David Raimundo dos Santos

> Diretoria da Educafro

>

>

>

> e-mail: educafro@franciscanos.org.br <<mailto:educafro@franciscanos.org.br>> Site:
> www.franciscanos.org.br/sefras/educafro <<http://www.franciscanos.org.br/sefras/educafro>>

>

>

> Sede Nacional - São Paulo: R. Riachuelo, 342 - sala 05-Centro - CEP 01007-000 / São Paulo-SP -
Fone/fax: (11) 3106-3411 / 3106-2790

>

> Regional Rio -Pça Tiradentes, 73, 5º andar -Centro - Rio de Janeiro / RJ -CEP 20060-070 -Fone:
(21) 2510-2066 / 2222-2062

>

>

>

>

>

>

>

>

>